

DIÁLOGO PARA A RESOLUÇÃO DO CONFLITO EM CABO DELGADO

Coesão social, estabilidade económica e inclusão de jovens locais nas oportunidades de emprego são essenciais na luta contra o extremismo violento

- O workshop que discute as iniciativas de resolução do conflito em Cabo Delgado entra hoje no segundo dia, com foco na responsabilização das forças militares nacionais e regionais que lutam contra os extremistas violentos na província.



Realizado pelo CDD no âmbito da Plataforma de Diálogo para a Resolução do Conflito em Cabo Delgado, o workshop tem como objectivo providenciar uma plataforma multi-sectorial para um diálogo aberto e inclusivo de resolução do conflito, e que encoraja “soluções locais para problemas locais” com

vista a promover a estabilidade e reduzir o risco de violência nas comunidades.

Ontem, primeiro dia do evento, a Directora Nacional Adjunta da Política de Defesa no Ministério da Defesa Nacional, Maria Isabel Francisco, defendeu que uma resolução de conflito deve estar baseada na inclusão de todas forças

vivas da sociedade. E este pressuposto reflecte, nas suas palavras, a necessidade de se aprofundar o conhecimento das causas do conflito que afecta os distritos do norte de Cabo Delgado, desde finais de 2017. Maria Isabel Francisco falava em representação do Ministério da Defesa Nacional, um dos principais parceiros do

CDD na Plataforma do Diálogo para a Resolução do Conflito em Cabo Delgado.

A Directora Nacional Adjunta da Política de Defesa fez questão de sublinhar que o Ministério da Defesa Nacional tem presente as suas responsabilidades na defesa da soberania nacional e da integridade territorial, através da implementação da política de defesa nacional. “É verdade que cada um pode ter a sua perspectiva de paz e de conflito, mas é certo e acredito que a paz e a segurança são uma urgência. Não se pode adiar a vida, adiar a vida é adiar o desenvolvimento”, disse Maria Isabel Francisco, na abertura do workshop.

O Director do CDD, Adriano Nuvunga, fez a contextualização do evento realizado no âmbito da Plataforma de Diálogo para a Resolução do Conflito em Cabo Delgado. “O nexo desenvolvimento, paz e segurança impõe que depois da estabilização, segue-se para uma questão fundamental: como explorar as iniciativas locais e o potencial de participação dos actores locais na abordagem do extremismo violento”, questionou em jeito de provocação.

Já o especialista do CDD, Richard Rands, defendeu que as forças militares são fundamentais na criação de condições de segurança, mas chega um momento em que a sua presença já não faz sentido. É nesse momento em que é preciso activar as al-



ternativas de resolução do conflito. “Em Cabo Delgado vamos chegar a um ponto em que a presença de forças militares estrangeiras já não fará sentido, por isso é importante começarmos agora a explorar as alternativas de resolução do conflito. O diálogo inclusivo é uma ferramenta importante. Podemos trabalhar numa plataforma de coordenação que responda aos diversos desafios em Cabo Delgado”.

Com os avanços das forças conjuntas

que operam em Cabo Delgado, o conflito pode entrar numa fase de estagnação. Mas Richard Rands alertou que se há algo a aprender dos países onde a violência extrema é uma realidade, é que ela tem o tempo a seu favor. “O tempo é um elemento chave. Com o tempo, os extremistas violentos podem criar condições para reagruparem-se e reorganizarem-se, enquanto não houver uma resposta eficaz”.

“Violência extrema não pode ser tratada como doença, mas como consequência da falta de alternativas e oportunidades económicas”, Brian Kagolo, Open Society Foundation

“Quando estamos num processo de construção de paz devemos ver as manifestações de violência local como manifestações da fragilidade de Estado de poder resolver o problema de falta de oportunidades. Não haverá paz, desenvolvimento e estabilidade se não houver alternativas no modo de vida das pessoas. A violência extrema não pode ser tratada como doença, mas como consequência da falta de alternativas e oportunidades económicas. Os fluxos de dinheiro e os investimentos socioeconómicos são mais importantes do que as abordagens e soluções militares. Nenhum País foi capaz de resolver o problema de violência extrema sem resolver os problemas de instabilidade económica e é impossível tratar de questões de violência extrema sem questionar a legitimidade dos decisores políticos. Em muitos países a violência extrema está em locais onde está instalada a indústria extractiva. As soluções com mais sucesso têm sido aquelas que não atacam a indústria extractiva, mas discutem como ela pode contribuir para o desenvolvimento local. A abordagem dos problemas que estão na origem da violência extrema deve ser holística. A coesão social não pode ser tratada apenas ao nível local porque a solução vai muito além do local. Tem de ser regional, nacional, internacional e ao nível de organizações multilaterais. Mas nenhuma estratégica terá sucesso se não incluir as pessoas que sofrem dos problemas da violência extrema”.



“Só soluções pensadas localmente é que podem ajudar a resolver os problemas do extremismo violento”, Lilla Schumicky – Logan, Fundo Global de Engajamento e Resiliência da Comunidade (GCERF)

“O GCERF é uma organização independente baseada na Suíça que trabalha com organizações nacionais e locais na prevenção da violência e no fortalecimento da resiliência das comunidades contra o extremismo violento. Estamos em muitos países africanos e trabalhamos com actores nacionais e locais. O GCERF acredita que só soluções pensadas localmente é que podem ajudar a resolver os problemas do extremismo violento. As comunidades de Cabo Delgado desejam ser ouvidas pelas autoridades, elas querem ter acesso a oportunidades de desenvolvimento económico porque se sentem excluídas. Nas zonas onde o conflito ainda está activo é praticamente impossível levar a cabo essas oportunidades, mas é importante começar a trabalhar nas zonas periféricas onde o problema se pode alastrar, como Nampula e Niassa. O engajamento civil não funciona sem oportunidades económicas e é aqui onde o sector privado é chamado a intervir. Temos que mobilizar e trabalhar com os jovens mais vulneráveis ao recrutamento. Os critérios de vulnerabilidade são definidos pelos próprios líderes locais porque conhecem os factores de vulnerabilidade a recrutamento. Por isso, é importante trabalhar com instituições e agências que estão estabelecidas localmente. É importante recuperar a confiança através de fóruns onde as pessoas possam falar aberta e livremente e discutir os problemas locais. Trabalhar com os indivíduos e com as estruturas existentes, criar e engajar plataformas a vários níveis – nacional, provincial e local - em que todos os actores estão envolvidos é a melhor forma de atacar os problemas”.



“Trabalhamos no reforço da coesão social para criar resiliência comunitária ao extremismo violento”, Fundação Aga Khan

“A Fundação Aga Khan é um actor da sociedade social que trabalha no desenvolvimento e fortalecimento comunitário. Iniciamos as nossas actividades em Cabo Delgado em 2001, por isso somos um actor com bastante experiência na província. Criamos um modelo que começa nas comunidades, porque elas conhecem os seus problemas e as soluções para os mesmos. Às vezes o que falta é uma estratégia ou recursos, por isso nós estamos lá para apoiar. O nosso modelo chama-se Comité de Desenvolvimento da Aldeia, onde incluímos a questão da liderança comunitária, o empoderamento da mulher, o envolvimento de jovens e a governança local. É um modelo que estamos a desenvolver desde 2007 e trabalhamos no reforço da coesão social para criar a resiliência comunitária ao extremismo violento. Em sete distritos conseguimos ajudar na criação de 212 organizações de base comunitária, mas alguns distritos foram afectados pelo extremismo violento. No Distrito de Metuge, por exemplo, dos 33 Comités de Desenvolvimento de Aldeia, 13 não estão activos devido ao conflito. Mas os 20 que estão activos organizaram-se para receber e acolher as famílias deslocadas. São ao todo 23.203 pessoas que foram acolhidas em 20 aldeias. Trabalhamos com o Governo da Província de Cabo Delgado e com a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)”.



“É importante ter uma estratégia de assistência humanitária por cada distrito afectado pelo extremismo violento”, Joana Martins, Voluntários Anónimos de Moçambique (VAMOZ)

“Em finais de Abril último as pessoas não tinham nada para comer, vivam de mandioca. Tínhamos crianças e mães a morrerem de anemia e malnutrição. Diariamente estamos a distribuir papas para mais de 800 pessoas vulneráveis e neste momento já distribuimos mais de 31 mil refeições. Desde que começamos com o programa ainda não registamos mortes por malnutrição. Estamos a apoiar pescadores para iniciarem com a sua actividade. É essencial que os mercados voltem a funcionar em Palma para evitar a perpetuação da ajuda alimentar, é preciso auxiliar os sectores formal e informal para que haja criação de oportunidades de emprego. É importante ter uma estratégia de assistência humanitária por cada distrito afectado pelo extremismo violento em Cabo Delgado. E essa estratégia deve ser conhecida por todos os intervenientes na cadeia de assistência humanitária. É importante que todos os actores reconheçam o papel das organizações moçambicanas na resposta humanitária. Muitas vezes as organizações moçambicanas aparecem como subcontratadas das grandes organizações internacionais. Todas as forças militares que estão em Cabo Delgado, todas as agências e organizações humanitárias devem ter domínio e respeito pelos direitos humanos”.



“A ajuda humanitária deve incluir assistência psicossocial”, Júlia Wachave, Associação de Protecção à Mulher e Rapariga (PROMURA)

“Trabalhamos com mulheres e raparigas antes e durante o conflito. A vulnerabilidade das mulheres e das raparigas em Cabo Delgado é um problema que existe muito antes do início do conflito, mas agora aumentou devido à deslocação forçada das comunidades. E nesse processo as mulheres e as raparigas constituem o grupo mais vulnerável. Do trabalho que temos vindo a realizar constatamos que as mulheres deslocadas são discriminadas nas comunidades de acolhimento. Por exemplo, elas são as últimas a tirar água nos fontanários públicos, normalmente a partir das 14h00. Em algumas comunidades de acolhimento deparamo-nos com casos de famílias que tiveram de entregar uma menina para conseguir um espaço para fixar residência, e notamos também muitas limitações no acesso a serviços básicos de saúde. As casas improvisadas para as famílias deslocadas não oferecem condições de privacidade sobretudo para as mulheres. Criamos um grupo de sociedade civil que faz a monitoria das doações que chegam na província, mas não é fácil ter uma base de dados. A ajuda humanitária deve incluir assistência psicossocial. Nas visitas que fizemos aos centros de deslocados identificamos mais de 100 pessoas que tinham traumas”.



“Falta de informação cria oportunismos e narrativas de preconceitos sobre a comunidade muçulmana”, Erick Kabendera, pesquisador da Tanzânia

“As Forças Armadas da Tanzânia acusam as comunidades que vivem nas zonas próximas à fronteira com Moçambique de colaborarem com os insurgentes, de serem informantes. Mas as comunidades dizem que as Forças Armadas só aparecem uma ou duas semanas depois dos ataques, elas não se sentem protegidas e negam ser informantes dos extremistas violentos. Outra questão preocupante é que as operações militares contra os insurgentes mostram que existe um foco contra jovens muçulmanos suspeitos. Isso tem contribuído para o aumento de desconfiança das comunidades em relação às Forças Armadas e cria insatisfação. Tem havido também um discurso das autoridades de que os jovens e crianças são radicalizados nas escolas muçulmanas, as madraças. As madraças são olhadas como veículos de instrução e recrutamento de jovens para integrar os grupos extremistas. Essa percepção das autoridades é vista como um ataque pela comunidade muçulmana. A falta de informação cria oportunismos e narrativas de preconceitos sobre a comunidade muçulmana”.



“Relação entre a força conjunta e as comunidades melhorou, bem como o respeito pelos direitos humanos”, Delphine Fauque, representante da petrolífera Total

“Estamos a trabalhar no engajamento da força conjunta destaca em Afungi no sentido de observar e respeitar os princípios dos direitos nas suas operações e no seu relacionamento com as comunidades. A Total continua a engajar as comunidades e a força conjunta na criação de um bom relacionamento e um ambiente de confiança mútua. E temos estado a registar melhorias no relacionamento entre a força conjunta e as comunidades, bem como no respeito pelos direitos humanos. Nosso compromisso é continuar a trabalhar e a apoiar todos os actores envolvidos na restauração da segurança e da estabilidade. Continuamos também a apoiar as comunidades locais das mais variadas formas”.





INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER



FINANCING PARTNERS

